



**CÂMARA**  
MUNICIPAL DE MACAÉ

Estado do Rio de Janeiro  
Câmara Municipal de Macaé  
Macaé Capital da Energia  
Lei Estadual nº 10.178 de 09.11.2023



# **ANÁLISE DO RECURSO INTEMPESTIVO PORTO & PORTO**



**Recurso Administrativo ao Pregão  
Eletrônico nº 002/2025. PORTO & PORTO  
LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA.**

Trata-se de recurso interposto pela empresa **PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA** contra a decisão da Comissão Pregoeira no procedimento licitatório correspondente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2025 cujo objeto é a **contratação de empresa especializada na eventual prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista para os veículos do tipo sedan e Pick-Up e com motorista para veículos pesados do tipo Van, com quilometragem livre, seguro total sem franquia e com manutenção preventiva e corretiva para atender as necessidades legislativas e administrativa da Câmara Municipal de Macaé.**

**1. DAS PRELIMINARES**

**1.1. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO**

Considerando que a última sessão foi realizada no dia 19 de maio de 2025.

Considerando o disposto no item 19 do instrumento convocatório correspondente;

Considerando que ao finalizar o Pregão Eletrônico nº 002/2025, no sistema Comprasgov, não foi identificado a manifestação de intenção de recurso pela empresa recorrente.

Considerando, que somente após o prazo para manifestação de intenção de recurso a empresa **PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA**, conseguiu contato por telefone com o Pregoeiro, e que teve como resposta a possibilidade de envio do pretencioso recurso, porém, sobre a análise se seria possível a consideração tempestiva do pedido.

Considerando, que o meio alternativo de comunicação não somente se limitou ao contato por telefone, e que caberia neste caso o registro da intenção por e-mail, gerando assim a comprovação necessária as demais participantes do certame.

Assim, considera-se **intempestivo** o presente recurso, conforme preceito legal, em decorrência da realização da manifestação ocorrer fora do prazo dos 10 (dez) minutos estipulados no sistema.

**1.2. DA LEGALIDADE**

A recorrente participou da sessão pública no dia 12/05/2025, ao qual após a fase de lances, tendo como vencedora dos itens 1, 2 e 3 a empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA, declarada habilitada.



Sendo assim, no caso específico do recurso intempestivo, trata-se de tentativa de mudança da decisão por parte da Comissão Pregoeira quanto a habilitação da empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA.

Portanto, em que pese a intempestividade recursal, é dever deste servidor público a análise, pois poderá ter alegação comprobatória contra os atos praticados pelo Pregoeiro no certame.

### 1.3. DAS FORMALIDADES LEGAIS

Registra-se que o recurso impetrado pela empresa **PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA**, encontra-se disponível no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Macaé.

Registro, que foi informado no quadro de avisos do sistema Comprasgov, o informe aos demais licitantes quanto ao recurso intempestivo da empresa recorrente.

**Desta forma, passamos a análise das alegações apresentadas.**

### 2. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A recorrente apresentou recurso com as seguintes motivações a seguir:

" (... )

Frise-se que quando os atestados são apresentados por entes privados, causam certa estranheza, ora que, sabe-se que muitas são as vezes que as empresas querem muito participar de uma licitação, e supostamente encontram "alguma empresa amiga" que assina os atestados, sem ter nenhum documento hábil a comprovar se os serviços foram ou não executados, não se atentando que isso pode facilmente ser descoberto depois.

Portanto, pede-se que o Pregoeiro efetue uma diligência para fins de verificar a **VERACIDADE DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** emitido, onde a empresa apresente as notas fiscais dos serviços prestado, com data **ANTERIOR** a emissão do atestado, e que seja de fato compatível com os itens licitados, ou seja, fornecimento locação de veículos.

4





**LEMBRANDO QUE A NOTA FISCAL É O ÚNICO DOCUMENTO HABIL A COMPROVAR A VERACIDADE DO ATESTADO APRESENTADO!!**

Os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possui expertise técnica.

O Pregoeiro, como peça importante no processo, tem o dever de sempre manter o processo licitatório dentro da legalidade, e penalizar aquelas empresas que talvez atuem em desconformidade com a legislação, podendo as vezes até ser caracterizado uma tentativa de fraude ao certame licitatório.

A insistência dessa Recorrente no envio dos referidos documentos, é que infelizmente tem-se tido uma prática criminosa de apresentar atestados sem documentos fiscais que comprovam a prestação dos serviços. Portanto, o único documento que não se tem como alterar os dados, e comprovam que os produtos foram entregues, é a nota fiscal, por isso, que para fins de habilitação, a jurisprudência informa que não poderá ser exigido nota fiscal, mas para fins de diligência **DEVERÁ SER**, tendo em vista, o fato de que ninguém quer que um processo de compra fique firmado em documentos possivelmente "falsos".

(...)

Verifica-se que o Pregoeiro tem o dever de diligenciar um documento sempre que possível de dúvida, sendo esta, dúvida dele mesmo, ou dúvida levantada por algum dos presentes, conforme princípio da isonomia, transparência, legalidade e publicidade.

Assim, a fim de que todos os princípios do ato de licitar sejam respeitados, principalmente o da transparência e legalidade, se faz necessário que o

4



atestado de capacidade técnica seja diligenciado, e caso não consiga comprovar a veracidade do atestado, deve ser **INABILITADA**.

(...)

**PEDIDO**

Requer que o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** seja recebido, apreciado e julgado **TOTALMENTE PROCEDENTE**, para fins de:

- a) Diligenciar ao atestado de capacidade técnica apresentado pela Empresa **FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA**, a fim de que seja suprida toda e qualquer dúvida acerca do documento, deixando o processo transparente, e tratando os participantes com a isonomia necessária;
- b) Nessa diligência, se faz necessário que a empresa apresente as notas fiscais dos serviços prestados e que seja de fato compatível com os itens licitados. Havendo a falta das **NOTAS FISCAIS** que deram origem ao atestado de capacidade técnica, entendesse que a empresa não conseguiu comprovar (como a Lei e o Edital pede) que os serviços foram executados, e se isso ocorrer, pede-se que a mesma seja inabilitada e penalizada.
- c) Se após a diligência restar configurado a tentativa de fraude no certame, requer que a empresa seja **INABILITADA**, e seja convocado os licitantes remanescentes.

Caso não seja de convicção deste Pregoeiro, seja o presente recurso encaminhado para o Jurídico para fins de parecer, e ao final seja encaminhado a autoridade competente para fins de análise e julgamento final.

Esses são os termos.

Pede-se, deferimento"

*N*





### 3. DAS CONTRARRAZÕES

Insta informar que mesmo tratando-se de recurso intempestivo e aberto o prazo para interposição de contrarrrazões nos limites previstos em Lei, findando em 27/05/2025 (terça-feira), a empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA, apresentou contrarrrazões anexando no Comprasgov documento dentro do prazo legal estabelecido, contudo, não apresentou resposta ao pedido pela empresa PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA.

### 4. DA ANÁLISE

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que o procedimento licitatório, na modalidade Pregão, rege-se pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 4.960/2022, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 026/2023, Resolução CMM nº 2019/2023 e suas alterações posteriores. Dessa forma, a Diretoria de Licitações e Contratos, Comissão Pregoeira e o Pregoeiro desta Casa Legislativa, zela pelos cumprimentos das legislações vigentes aplicáveis ao tema, bem como, pelos princípios que regem as licitações.

Ressalto, que devemos respeitar o devido rito do processo legal, sem extrapolar as suas fases, em consonância com o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Desta forma, passamos a análise das argumentações apresentadas pela empresa PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA:

Antes de adentrar a análise do recurso, registro informe do próprio sistema Comprasgov, que na data 09 de maio de 2025, o sistema apresentou instabilidade, onde se pode comprovar através do link <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a->

9

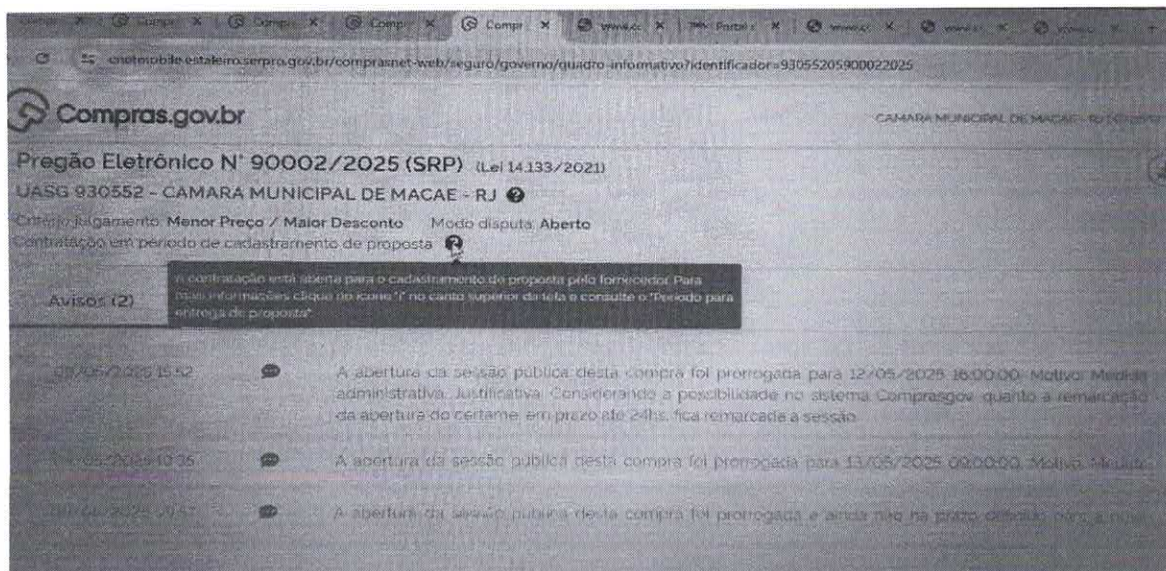


[informacao/comunicados/2025/n-o-10-25-instabilidade-no-sistema-compras-gov-br-e-gov.br](https://informacao/comunicados/2025/n-o-10-25-instabilidade-no-sistema-compras-gov-br-e-gov.br), destacando os seguintes pontos do comunicado:

"Prezados usuários,

Em **9 de maio de 2025**, ocorreram instabilidades no sistema Compras.gov.br que eventualmente podem ter impactado os processos licitatórios abertos durante esse período. Como medida preventiva, **foram suspensos os certames agendados nesta data com abertura a partir das 09:57**. Também foram suspensas todas as compras que estavam em andamento no horário da execução da rotina e todas as compras que ainda não abriram a sessão pública até as 12:00. Compras com abertura de sessão pública previstas após esse horário não sofreram interferência. Após o reestabelecimento do sistema, **os agentes de contratação deverão reagendar a abertura conforme sua conveniência**, com a devida comunicação dos licitantes envolvidos."

Destaco, inclusive que o sistema possibilitou a inserção de novas propostas de empresas interessadas em participar do certame, conforme registro:



Sendo assim, o prazo limite para inserção de propostas, estaria alterado para a data limite do dia 12 de maio de 2025.



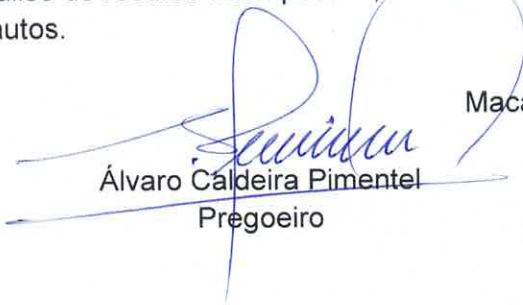


Quanto ao pedido de diligência solicitado pela empresa PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA, a empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA, não se manifestou nas contrarrazões apresentadas pela empresa, limitando a se defender no sentido que apresentou o atestado dentro das formalidades da Lei.

Desta forma, este Pregoeiro entende que mediante as acusações das empresas participantes mediante recurso, a empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA deveria de fato comprovar a execução contratual do atestado de capacidade técnica, com o envio das notas fiscais junto com as contrarrazões apresentadas.

Desta feita, submeto o presente processo à Autoridade Superior, para ciência quanto a análise do recurso intempestivo, e restando contrário entendimento, favor se manifestar nos autos.

Macaé, 02 de junho de 2025.

  
Álvaro Caldeira Pimentel  
Pregoeiro